



Proponente: DINIZ TECNOLOGIA E SOLUCOES EIRELI EPP

CNPJ: 04.503.070/0001-13 IE: 90304782-80 IM: 1350927

Endereço: Rua Marcos Tomazini, 157 Bairro: Columbia

CEP: 86.057-060 Cidade: Londrina Estado: PR

Telefone: (43) 3026-1561

E-mail: licitacao@gruposmartseg.com.br

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3844/2020

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição e instalação de equipamentos e materiais para implementação de segurança eletrônica através de câmeras de segurança com monitoramento realizado pela Guarda Civil Municipal, nas unidades da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital.

RECURSO ADMINISTRATIVO

A Empresa DINIZ TECNOLOGIA E SOLUCOES EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº.04.503.070/0001-13 por intermédio de seu representante legal a Sra. ALINE CRISTINA DA SILVA DINIZ, portadora da Carteira de Identidade nº. 9.156.108-5 e do CPF nº .054.783.389-07, vem conforme permitido no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, e na Lei 10.520/2002, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de apresentar PEÇA DE RECURSO ADMINISTRATIVO, nos termos do Edital em referência, que adiante especifica, e em referência a decisão de Habilitar a empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.175.172/0001-82, o que faz na conformidade seguinte:

1. TEMPESTIVIDADE

A presente Peça de Recurso Administrativo é plenamente tempestivo, uma vez que o prazo para apresentar o documento é de até 3 dias contados a partir da intenção inserida em sistema de compras, conforme **EDITAL, ITEM 9.1**.

Considerando o prazo legal para apresentação da Peça Recursal, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo de apresentação deste se dá em 03 de Dezembro de 2020, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente peça recursal.

2. OBJETO DO RECURSO

O objeto desta PEÇA RECURSAL tem como base a apresentação de Proposta de Preços, da empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI; a empresa em suma, não cumpriu com as exigências técnicas estabelecidas em edital, apresentando produtos inferiores a esta entidade, além de não cumprir com alguns requisitos mínimos estabelecidos junto ao instrumento convocatório.

2.1. Introdução ao Recurso

Inicialmente, cumpre salientar que a licitação visa, por meio de processo público que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, selecionar a proposta mais vantajosa à Administração.

Esta pode ser considerada a síntese da finalidade da licitação, produto da interpretação combinada do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal Brasileira com o art. 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, cujos respectivos teores a Impugnante ora transcreve:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica **indispensáveis** à garantia do cumprimento das obrigações.*

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, são as ações que satisfazem tanto o interesse os licitantes quanto o interesse público, consistente na capacidade de contratar e empregar bem o dinheiro público.

Um dos princípios que regem o processo de Licitação é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, entretanto não menos verdade é que ele não é o único, nem o mais importante princípio do sistema licitatório, tampouco goza de supremacia ou qualquer hierarquia em relação aos demais princípios informadores.

Bem assim, as situações concretas, a serem sanadas durante um processo de licitação, devem ser definidas em harmonia com todos esses princípios e não somente com base num ou noutro.

A interpretação dos fatos e a solução das controvérsias devem sempre ser realizadas com especial atenção, aos fins visados pela ordem jurídica ou pela própria norma de regência do instituto jurídico pertinente.

Para que o exame se faça adequadamente, deve se ter em mira a efetiva finalidade do instituto, e nesse caso o instituto referido é o da licitação, para que se avalie o fim pretendido e se busque a interpretação que mais se mostre consentânea ao objetivo perseguido, ainda que isso requeira a mitigação deste ou daquele princípio por parte do intérprete.


2.2. Exigências em EDITAL:

Ocorre que, que a empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., ofertou produtos de menor qualidade a esta administração, deixando de cumprir requisitos técnicos indispensáveis para a aquisição desta estimada entidade, além de descumprir diversas vezes, o princípio de vínculo ao instrumento convocatório.

2.2.1. Produtos incompatíveis com o Edital:

Após análise técnica vinculada a proposta apresentada pela empresa M DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., constatamos que a mesma, não cumpriu com requisitos técnicos estabelecidos por esta comissão, indo contra a aceitabilidade exigida no item 5.11, deste edital:


5.11. - Serão **DESCCLASSIFICADAS** as propostas:


5.11.1. - que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável; 

5.11.2. - omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

5.11.3. - que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;

5.11.4. - que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, quando comparados aos preços orçados pela Administração;

5.11.5. - que apresentarem características em desacordo com as solicitadas no edital; 

5.11.6. - que apresentarem qualquer forma de identificação do licitante. 

(imagem retirada edital – 5.11)

Diante das especificações técnicas exigidas neste edital, segue os produtos incompatíveis da empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., o que caso nossa empresa não realizasse os apontamentos, prejudicariam a aquisição desta estimada entidade.

ITEM Nº 9: Câmera Speed Dome IP

O edital elenca as características técnicas exigidas, para cumprimento em teor qualitativo e técnico, do item de nº 09, e deixa claro todos os requisitos.

Diante do produto ofertado pela empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., da **marca Hikivision, com base ao Datasheet** apresentado, constatamos que o produto em suma não atende ao Termo de Referência:

Edital solicita:

(...)

- .Dimensões (L x A x P) 160 x 295 x 160mm;

(...)

Produto ofertado:

Working Humidity	≥ 50%
Protection Level	IP66 Standard, 4000V Lightning Protection, Surge Protection and Voltage Transient Protection
Material	ADC 12, PC, PC+10% GF
Dimensions	Φ 164.5 mm × 290 mm (Φ 6.48" × 11.42")
Weight	Approx. 2 kg (4.41 lb)

(imagem retirada do datasheet apresentado junto a proposta final)

- ❖ Conforme é visível, a altura do produto ofertado, não atende as dimensões estipuladas em edital; não atendendo assim aos requisitos técnicos estabelecidos no termo de referência;

ITEM Nº 01: Gravador digital de vídeo (DVR) 8 canais de vídeo.”

O edital elenca as características técnicas exigidas, para cumprimento em teor qualitativo, do item de nº 01, e deixa claro todos os requisitos.

Diante do produto ofertado pela empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., da **marca Hikivision, com base ao Datasheet**, constatamos que o produto em suma não atende ao Termo de Referência:

Edital solicita:

(...)

- *Protocolo HTTP, IPv4/IPv6, TCP/IP, UPNP, RTSP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, DDNS, Filtro IP, SNMP, **Intelbras DDNS, Intelbras Cloud, Onvif**;*
(...)

Produto ofertado:

Network			
Remote connection	32	64	128
Network protocol	TCP/IP, PPPoE, DHCP, Hik-Connect, DNS, DDNS, NTP, SADP, NFS, iSCSI, UPnP™, HTTPS, ONVIF		
Network interface	1, RJ45 10/100 Mbps self-adaptive Ethernet interface		1, RJ45 10/100/1000 Mbps self-adaptive Ethernet

(imagem retirada do datasheet apresentado junto a proposta final)

ITEM Nº 02: Gravador digital de vídeo (DVR) 16 canais de vídeo.

O edital elenca as características técnicas exigidas, para cumprimento em teor qualitativo, do item de nº 02, e deixa claro todos os requisitos.

Diante do produto ofertado pela empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., da **marca Hikivision, com base ao Datasheet**, constatamos que o produto em suma não atende ao Termo de Referência:

Edital solicita:

(...)

- *Protocolo HTTP, IPv4/IPv6, TCP/IP, UPNP, RTSP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, DDNS, Filtro IP, SNMP, **Intelbras DDNS, Intelbras Cloud, Onvif**;*
(...)

Produto ofertado:

Network			
Remote connection	32	64	128
Network protocol	TCP/IP, PPPoE, DHCP, Hik-Connect, DNS, DDNS, NTP, SADP, NFS, iSCSI, UPnP™, HTTPS, ONVIF		
Network interface	1, RJ45 10/100 Mbps self-adaptive Ethernet interface		1, RJ45 10/100/1000 Mbps self-adaptive Ethernet

(imagem retirada do datasheet apresentado junto a proposta final)

- ❖ Conforme é visível, os produtos ofertados, não atendem aos protocolos exigidos junto ao Termo de Referência, principalmente aos Protocolos Intelbras, onde apresenta diversas características que diferem das exigidas no instrumento convocatório; indo novamente contra ao termo de referência .
- ❖ O principal objetivo do Intelbras Cloud é oferecer acesso Plug & Play ao produto, eliminando a necessidade de redirecionamento de portas no roteador da rede. Além disto, é possível visualizar imagens ao vivo e gravadas no HD do próprio dispositivo, verificar status de múltiplos equipamentos, acessar página web nativa do produto, etc.
- ❖ Quais produtos podem utilizar a função Intelbras Cloud?
MHDX 1004, MHDX 1008, MHDX 1016, MHDX 1032, MHDX 3004, MHDX 3008, MHDX 3016, MHDX 5016, HDCVI 1004, HDCVI 1008, HDCVI 1016, HDCVI 1032, HDCVI 1004 Geração 2, HDCVI 1008 Geração 2, HDCVI 1016 Geração 2, HDCVI 3004, HDCVI 3008, HDCVI 3108, HDCVI 3116, HDCVI 3116 Geração 2, HDCVI 3132

Fonte: <http://cloud.intelbras.com.br/perguntas-frequentes/>

Os protocolos citados, são de suma importância, fato que, durante a fase de esclarecimentos, foi aberto questionamento quanto este, conforme podemos ver a seguir:


Às licitantes,

Referente: Pregão Eletrônico nº 48/2020 – Proc. nº. 3.844/2020



Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição e instalação de equipamentos e materiais para implementação de segurança eletrônica através de câmeras de segurança com monitoramento realizado pela Guarda Civil Municipal, nas unidades da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, conforme descritivo constante do Anexo I do Edital.

Em questionamentos efetuados por empresa interessada, segue abaixo resposta da Unidade Gestora Municipal de Segurança Pública.

• **Questionamentos:**

1. Para o item 1 e 2 do lote 1 é solicitado os seguintes protocolos Intelbras DDNS, Intelbras Cloud , obrigatoriamente o equipamento deve ter os mesmos. Estou certo em meu entendimento? 
2. Para o item 1 e 2 do lote 1 é solicitado os seguintes protocolos Intelbras DDNS, Intelbras Cloud , obrigatoriamente o equipamento deve ter os mesmos. Estou certo em meu entendimento?
3. Para o item 1 e 2 do lote 1 é solicitado os seguintes protocolos Intelbras DDNS, Intelbras Cloud , obrigatoriamente o equipamento deve ter os mesmos. Estou certo em meu entendimento?

• **Respostas:**

1. Sim; 
2. Seria ao vivo e depois de gravado também;
3. A instalação será única, sendo que para efetuar a instalação do lote 1, será preciso do certame do lote 3 também. Porém, a garantia da instalação será .

Avenida Fernão Dias Paes Leme, 284 – Centro – Várzea Paulista/SP
Telefone: (11) 4596-9633 / Fax: (11) 4596-9686
pregao@varzeapaulista.sp.gov.br

1

(imagem retirada do documento referente a resposta dos esclarecimentos)

- ❖ Ainda com base aos dois Gravadores apresentados, o edital solicita a Proteção contra surto de tensão nas saídas BNC, VGA, HDMI, ETHERNET e FONTE DE ALIMENTAÇÃO, requisito claro que novamente a empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., deixou de cumprir nos itens 01 e 02 apresentados.

ITEM Nº 03: Câmera Infravermelho

O edital elenca as características técnicas exigidas, para cumprimento em teor qualitativo e técnico, do item de nº 03, e deixa claro todos os requisitos.

Diante do produto ofertado pela empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., da **marca Hikivision, com base ao Datasheet**, constatamos que o produto em suma não atende ao Termo de Referência:


Edital solicita:

(...)

. Relação sinal ruído ≥ 65 dB;

(...)

Produto ofertado:

Day & Night	IR cut filter
Angle Adjustment	Pan: 0° to 360°, Tilt: 0° to 180°, Rotation: 0° to 360°
Synchronization	Internal synchronization
Video Frame Rate	1080p@25fps/1080p@30fps
HD Video Output	1 analog HD output
S/N Ratio	> 62dB 
General	
Operating Conditions	-40 °C to 60 °C (-40 °F to 140 °F), Humidity: 90% or less (non-condensation)

(imagem retirada do datasheet vinculado ao modelo ofertado)

Conforme é visível, podemos constatar que o modelo ofertado, não atende a exigência ao que se refere a Relação de ruído, onde é clara a solicitação em edital que ela seja maior ou igual a 65db, sendo de fato um produto inferior;

2.2.2. Desconformidade Proposta de preços:

Prezados, é exigido neste edital que na apresentação de proposta de preços, seja incluída, obrigatoriamente, marca e modelo dos produtos ofertados, conforme item 5.2 do instrumento convocatório.

eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.2. - No preenchimento da proposta eletrônica deverá ser, obrigatoriamente, incluída(s) no campo próprio a(s) marca(s)/modelo(s) do(s) produto(s) ofertado(s).



(imagem retirada do edital)

Fato ocorre que a empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., deixou de apresentar modelo em todos os itens apresentados em sua proposta inicial;

Ainda neste sentido, o que pode ser interpretado, como má fé para com esta estimada entidade e desrespeito aos demais licitantes; realizou alterações nas **MARCAS** já apresentadas na proposta inicial, como é possível notar a seguir;

Proposta cadastrado no sistema eletronico;

Produto	Descrição	Qtd.	Unidade	Tipo	Valor Inicial	Valor Final	Marca
GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) 8 CANAIS DE VÍDEO	ND	92,00	Unidade	Lote	1.241,840000	501,200000	hikvision
GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) 16 CANAIS DE VÍDEO	ND	92,00	Unidade	Lote	1.739,490000	742,000000	hikvision
CÂMERA INFRAVERMELHO	ND	920,00	Unidade	Lote	307,200000	127,400000	hikvision
HD 1 TB	ND	92,00	Unidade	Lote	736,000000	418,600000	wd
FONTE DE ALIMENTAÇÃO (P/ CÂMERAS)	ND	92,00	Unidade	Lote	51,200000	27,486910	fasgode
NOBREACK 720 VA	ND	92,00	Unidade	Lote	659,000000	490,000000	sms
MINI RACK DE PAREDE 8U	ND	92,00	Unidade	Lote	583,200000	420,000000	gforce
SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS	ND	92,00	Unidade	Lote	120,000000	105,000000	intelbras
CÂMERA SPEED DOME IP	ND	100,00	Unidade	Lote	3.300,000000	2.513,000000	hikvision
Instalação de Câmeras	ND	3.680,00	Hora	Lote	192,000000	45,570000	Dock tecnologia

NÃO HÁ MODELOS

IDENTIFICAÇÃO

(imagem retirada da proposta inicial junto ao sistema)

PROPOSTA FINAL:

PROPOSTA FINAL

1- CONFORME ESTIPULADO NO EDITAL PROPOMOS:

LOTE 1:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	U.M.	MARCA	VAL.UNIT.	TOTAL
01	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) 8 CANAIS DE VÍDEO	92	UN	HIKVISION	R\$501,20	R\$46.110,40
02	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) 16 CANAIS DE VÍDEO	92	UN	HIKVISION	R\$742,00	R\$68.264,00
03	CÂMERA INFRAVERMELHO	920	UN	HIKVISION	R\$127,40	R\$117.208,00
04	HD 1 TB	92	UN	WESTER DIGITAL	R\$418,60	R\$38.511,20
05	FONTE DE ALIMENTAÇÃO (P/ CÂMERAS)	92	UN	INTELBRAS	R\$27,48	R\$2.528,34
06	NOBREAK 720 VA	92	UN	INTELBRAS	R\$490,00	R\$45.080,00
07	MINI RACK DE PAREDE 8U	92	UN	INTELBRAS	R\$420,00	R\$38.640,00

08	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS	92	UN	INTELBRAS	R\$105,00	R\$9.660,00
09	CÂMERA SPEED DOME IP	100	UN	HIKVISION	R\$2.513,00	R\$251.300,00
10	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS	3.680	HR	DOCK TECNOLOGIA	R\$45,57	R\$167.697,60
VALOR TOTAL PARA O LOTE 01						R\$785.000,00

(imagem retirada a partir das vistas a proposta final)

Srs., a empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., alterou as marcas modelo 05 e 06; o que de fato já a desclassificaria por alteração no teor das propostas apresentas; o que dubiamente, poderia passar por esta comissão, o que de fato, futuramente traria prejuízos e transtornos imensuráveis a esta estimada entidade.

Prezados é sabido que diante dos fatos mencionados, em teor qualitativo e técnico, a empresa M DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., apresentou produtos inferiores ao exigido em edital.

Podemos alegar nesta linha de raciocínio, que a empresa foi contra o princípio do vínculo ao instrumento convocatório, e ainda, prejudicou o caráter competitivo da licitação; pois apresentando produtos inferiores, é **obvio** que a mesma atuaria com custos também menores; o que prejudica empresas que atuaram atendendo a 100% dos requisitos deste edital.

Não sendo razoável em licitações adotar o entendimento de que irregularidade insanável exigida no Edital e seus anexos, seja simplesmente superável com mera diligência, consulta em site, em documento complementar ou adote-se o entendimento que tudo poderá ser suprido com a responsabilização contratual, mediante aplicação das penalidades previstas no Edital.

Bem diverso, da diligência complementar visando sanar falha de proposta com perfeito entendimento em normas técnicas e/ou definições e especificações e ainda em portfólios do próprio produto e/ou serviço, pelo seu fabricante ou prestador, que não foi bem esclarecido ou inserido na descrição da Proposta; não cabendo de fato, quando a empresa arrematante, apresentou simplesmente produto inferior e incompatível para com o instrumento convocatório; ou ainda, quando agiu de má fé, alterando o conteúdo já proposto durante a fase de lances e diante de todas as suas concorrentes.

O edital deixava claro em seu item 5.11, que o Pregoeiro, iria desclassificar desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital:

“5.11.1. - que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

5.11.5. - que apresentarem características em desacordo com as solicitadas no edital;

5.11.6. - que apresentarem qualquer forma de identificação do licitante.

”

Ocorre que de fato a empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., deve ser inabilitada deste certame, por não atender aos requisitos exigidos na apresentação de sua proposta de preços, e ainda se identificar durante a apresentação de sua proposta inicial, ao que se refere os serviços propostos.

3. Conclusão

Prezados, é cristalina a necessidade de inabilitação da empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI.; a mesma, apresentou proposta de preços em desconformidade ao que foi exigido neste edital, alterou marcas de sua proposta final, e descumpriu diversos dos requisitos neste certame, indo contra ao Princípio de Vinculo ao Instrumento Convocatório;

É necessário aclarar Srs., no entanto, que mais vantajosa não será a proposta que, dentre as apresentadas, ofereça as melhores condições de execução do objeto pretendido, se não estiver em compatibilidade com os requisitos estabelecidos por esta administração. Irá aceitar e declarar vencedora apenas aquela que demonstre estar efetivamente adequada à realidade verificada no setor de mercado específico, que cumpra os requisitos em edital, e demonstra capacidade técnica na execução do objeto licitado.

Ainda neste sentido de vínculo ao edital licitado, menciono o saudoso Hely Lopes Meirelles, que ensina:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre **adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação**, quer quanto ao procedimento, quer **quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.**

Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.”

(in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39)

(negrito nosso)

Vale citar sobre a base prejudicada, quanto ao princípio da isonomia no julgamento dos licitantes, o entendimento do saudoso Jurista Adilson de Abreu:

Adilson de Abreu Dallari, teceu alguns comentários:

“O dispositivo legal mencionado afirma, textualmente, que a promoção de diligência é uma “faculdade” da comissão julgadora ou da autoridade superior.

*Evidentemente não se pode aceitar que o agente administrativo possa decidir livremente se deseja ou não promover uma diligência esclarecedora. Se assim fosse, sempre haveria o risco de **tratamento não igualitário**; de condescendência com relação a algum licitante e de rigor em relação a outro. Portanto, a previsão legal estabelece um dever de promover diligências esclarecedoras, e não uma faculdade.*

(...);

(negrito nosso)

Dessa maneira é princípio que vincula tanto a Administração quanto os interessados, desde que, como salientado, as regras editalícias estejam em conformidade com a lei e a Constituição.

Conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Apesar da vinculação do licitante ao Edital, verificamos que, decorrente do princípio da legalidade, a vinculação ao instrumento é uma regra que tem mais imposição à própria Administração, em vista de ser um ato criado praticamente de forma unilateral por esta.

Prezados entende-se que as regras estipuladas no edital que infrinjam direitos dos interessados deverão ser rechaçadas; e aquelas que sejam de suma importância para uma plena aquisição, sejam exigidas seu cumprimento, sob pena de inabilitação do processo.

Manter licitantes em desconformidade com o Edital macula o certame desde do início, não vemos a possibilidade de convalidação de vícios que firmam os princípios estruturantes da licitação, não podemos taxá-los de sanáveis, pois não haveria, em princípio, vícios aceitáveis em se tratando de burla aos princípios básicos estruturantes da própria Administração e do Direito Licitatório.

Visto ainda, que as jurisprudências têm sinalizado posicionamento favorável a inabilitação de empresas, que deixarem de cumprir com o princípio do vínculo ao instrumento convocatório; indo contra ao que se foi exigido em EDITAL.

TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO Recursos Agravos Agravo de Instrumento AI 00177864120208160000 PR 0017786-41.2020.8.16.0000 (Acórdão) (TJ-PR)

Jurisprudência • Data de publicação: 04/08/2020

AGRAVO DE **INSTRUMENTO**. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL (INDICAÇÃO ERRÔNEA DE AUTORIDADE NO MANDAMUS) E DE PERDA DO OBJETO (ENCERRAMENTO DO CERTAME) AFASTADAS. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. OUTORGA DE CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA. INABILITAÇÃO QUE SE DEU CORRETAMENTE. AUSÊNCIA DA JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVAVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM MOMENTO OPORTUNO. DESCLASSIFICAÇÃO. JUNTADA POSTERIOR. ATENDIMENTO AOS **PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO** DAS PROPOSTAS. OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO § 3º, ART. 43, LEI Nº 8.666 /93. RECURSO DE AGRAVO DE **INSTRUMENTO** CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 5ª C. Cível - 0017786-41.2020.8.16.0000 - Rolândia - Rel.: Desembargador Luiz Mateus de Lima - J. 28.07.2020)

TJ-ES - Agravo de Instrumento AI 00197097120138080000 (TJ-ES)

Jurisprudência • Data de publicação: 17/10/2013

AGRAVO DE **INSTRUMENTO**. PREGÃO ELETRÔNICO. DECISÃO DE INABILITAÇÃO. CAPACIDADE TÉCNICA. REQUISITOS. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA. **PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO**. OBSERVÂNCIA. EXCESSO DE FORMALISMO E VIOLAÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Sendo o procedimento licitatório regido pelos **princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo**, a habilitação de licitante depende da comprovação do preenchimento dos requisitos editalícios. 2. No pregão eletrônico, é incabível a habilitação de licitante que não comprovou o preenchimento dos requisitos de habilitação, ainda que o mesmo tenha apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. 3. Recurso desprovido.

Encontrado em: QUARTA CÂMARA CÍVEL 17/10/2013 - 17/10/2013 Agravo de **Instrumento AI 00197097120138080000 (TJ-ES) JORGE**

TJ-SC - Apelação Cível AC 03112093920148240039 Lages 0311209-39.2014.8.24.0039
(TJ-SC)

Jurisprudência • Data de publicação: 04/04/2017

OFENSA AOS **PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** E DO **JULGAMENTO OBJETIVO**. DESRESPEITO AO CONTEÚDO DO ART. 44 e 45, DA LEI N. 8666/93. DIREITO LIQUIDO E CERTO VIOLADO. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA EM REEXAME MANTIDA. "A **vinculação ao instrumento convocatório** é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial" (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2013. p. 246).

Prezados, são inúmeras as jurisprudências que repudiam a habilitação de licitantes em desconformidade com o Edital, e sinalizam ainda, grau de periculosidade ao adjudicar empresas que não tenham comprovado sua capacidade plena na execução do objeto licitado. Acatar vícios de caráter prejudicial para Administração, é ir contra a todos os apontamentos realizados, por dezenas de órgãos de cunho superior.

Novamente com base a este entendimento, não devemos desconsiderar o interesse público envolvido, ao que tange ao Direito Administrativo, tem-se que, além dos princípios enumerados no art. 37, caput, da Constituição da República, o princípio da supremacia e indisponibilidade do interesse público norteia e fundamenta a atividade da Administração Pública.

Existem diferentes acepções do referido princípio na doutrina pátria, entendido, majoritariamente, como a superioridade do interesse público sobre os interesses particulares, dada a sua tarefa de orientar a

“atuação concreta a ser posta em prática pela Administração Pública e pela lei em que ela se funda” (DI PIETRO, 2012, p. 242). (itálico nosso).

O referido princípio deve nortear a conduta da Administração Pública para que, ao fim do certame, a contratação se dê da maneira que melhor atenda ao interesse público.

Segundo Hely Lopes Meirelles:

“Dever de eficiência é o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.
(MEIRELLES, 1997, p. 90).”

4. PEDIDO:

Diante de todo o exposto, requer que a presente, a empresa DINIZ TECNOLOGIA E SOLUÇÕES EIRELI, que a empresa DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., seja inabilitada deste processo licitatório, por não atender aos requisitos estabelecidos para na apresentação da proposta de preços, alterar seu conteúdo, e ainda; indo contraria aos princípios do vínculo ao instrumento convocatório, legalidade e julgamento objetivo.

Pelo presente, pedimos o deferimento de nossa PEÇA RECURSAL.

Londrina, 3 de dezembro de 2020

Aline Cristina da Silva Diniz

CPF: 054.783.389-07 RG: 91561085 SSP-PR